



MARX

UMA
INTRODUÇÃO



econômicas, indicando pistas para se compreender as complexas abstrações presentes na obra marxiana. Ou ainda, ao discorrer sobre os conceitos de *ideologia*, *história* e *revolução*, o que lhe permite oferecer uma *introdução* ao mesmo tempo meticulosa e abrangente, na qual os textos de juventude e maturidade de Marx se articulam com fina fluidez.

Assim procedendo, seu pequeno livro se qualifica para incentivar a juventude a estudar um autor que escreveu no século XIX, mas parecia estar olhando para o XXI.

JORGE
GRESPLAN

MARX

UMA
INTRODUÇÃO



Sumário

Nota explicativa

Apresentação

1. Alienação

2. Mercadoria e capital

3. Fetichismo, para além da mercadoria

4. Ideias e representações

5. Crises econômicas

6. História e revolução

Referências bibliográficas

Bibliografia sugerida

Obras de Marx publicadas no Brasil

Cronologia

Sobre o autor

Nota explicativa

Este pequeno volume é resultado de um trabalho feito ao longo do tempo. Uma primeira versão foi publicada em 2006, na série “Folha Explica”, da Publifolha. Acatei com entusiasmo a proposta da Boitempo de republicá-lo agora. Contudo, passados quinze anos, considerei que uma mera revisão pontual de construções sintáticas para tornar o texto mais claro seria insuficiente. A releitura da edição original mostrou-me que muitas de minhas explicações precisavam ser aprimoradas. Isso porque, nesse período, marcado pela crise econômica de 2008, pude aproveitar-me do trabalho intenso com estudantes em sala de aula, de suas instigantes questões, para elaborar uma exposição da teoria prática de Karl Marx adequada aos impasses do tempo (e da crise) presente. Além disso, minhas pesquisas para a tese de livre-docência a respeito do modo de representação capitalista consolidaram ainda mais minha convicção do alcance crítico da obra de Marx. Em suma, a reelaboração do texto original acabou levando-me a praticamente redigir outro livro – apesar de a ordem geral das partes ter permanecido a mesma. Também o propósito de minha exposição se manteve: diante de preconceitos e acusações, evocados em diversos momentos e por diferentes razões para desqualificar a obra de Marx, busquei apresentar de maneira acessível a força de sua crítica.

Jorge Grespan

São Paulo, fevereiro de 2021

Apresentação

Apresentar a obra de Karl Marx (1818-1883) parece ser uma tarefa relativamente fácil. Em primeiro lugar, porque já foi escrita com a intenção de ser assimilada por trabalhadoras e trabalhadores no século XIX, contribuindo para a transformação radical da sociedade burguesa. Por isso, além das longas análises do sistema econômico capitalista presentes em livros e manuscritos, a obra é composta por inúmeros manifestos, programas e artigos de jornal que evidenciam a preocupação de Marx em colocar sua teoria em prática pelo exame da conjuntura política e social e pela proposição de linhas de ação revolucionária. Em segundo lugar, porque as tendências de desenvolvimento do capitalismo identificadas por Marx se realizaram. O surgimento de enormes conglomerados financeiros e industriais, invertendo a lógica da concorrência do século XIX; o processo gradativo de substituição de mão de obra por máquinas cada vez mais sofisticadas; a irradiação da forma de mercadoria a quase todos os produtos e relações sociais; as crises econômicas recorrentes; a esfera política como manifestação de conflitos sociais distributivos de propriedade e renda; o predomínio da especulação financeira sobre a criação de riqueza real, com a consequente projeção de todos os preços e expectativas para um futuro incerto: todos esses fenômenos são percebidos em germe pela interpretação de Marx em obras como *O capital*^[1].

No entanto, justamente essa percepção aguda, que às vezes se confunde com uma espécie de antevisão, pode constituir um obstáculo para apreender o objetivo central de Marx. Se as tendências do capitalismo atual forem compreendidas como “normais”, conformando

um mundo que existe tal como deveria existir, perde-se o componente crítico do diagnóstico feito por Marx. O objetivo de Marx era, ao contrário, desmascarar a pretensa normalidade de que se revestem até mesmo os fenômenos mais insuspeitos e contraditórios da sociedade moderna. Além de descritiva e explicativa, sua obra é uma teoria crítica do capitalismo que revela a contradição profunda na base desse sistema, isto é, a correlação entre sua dimensão positiva e sua dimensão negativa. Para isso, inspira-se na dialética do filósofo alemão Georg W. F. Hegel (1770-1831), condenando seu caráter idealista, mas conservando o que chama de “cerne racional”^[2]: a dialética é a forma capaz de reproduzir o movimento contraditório pelo qual os fenômenos aparecem como o inverso do que são em sua essência. Em sua versão idealista, de acordo com Marx, a dialética ensina que um aspecto positivo se oculta por trás dos acontecimentos negativos da história e acaba por predominar sobre eles; assim, a dialética seria capaz de promover uma revelação com enorme poder consolador, o que explicaria por que a filosofia de Hegel foi moda por tanto tempo. Em contrapartida, na versão materialista proposta por Marx, a própria dialética tem seus polos negativo e positivo invertidos. Ou seja, até os eventos aparentemente positivos para o capital, como a acumulação e o lucro, redundam na negatividade interna das crises econômicas e políticas, que sempre voltam a assombrar.

A partir da compreensão crítica da dialética hegeliana, Marx pôde desvendar as várias estratégias adotadas pelo capitalismo para encobrir suas contradições. Exemplo disso é a igualdade jurídica entre empregados e empregadores que não corresponde a uma igualdade de condições sociais. Marx detecta na base da igualdade pressuposta no contrato de trabalho seu exato contrário, isto é, a desigualdade criada pela situação na qual a maioria da população é obrigada a vender sua força de trabalho, uma vez despojada da propriedade dos meios que lhe permitiram trabalhar para si e por si mesma. Esse despojamento, porém, é apresentado pelo capitalismo como o avesso do que é, a saber, como a propriedade que cada trabalhador tem de sua força de trabalho e a liberdade daí decorrente de trabalhar em qualquer lugar ou em qualquer

ramo da produção. Marx explica ainda que, por um lado, a ideia de autonomia inculcada nos membros da sociedade sob comando do capital leva-os a um individualismo cada vez mais exacerbado e à fragmentação das várias esferas da vida coletiva; por outro, essa autonomia decorre de uma dependência crescente e universal em relação aos mecanismos de valorização e expansão do capital, em geral difíceis de serem percebidos. Portanto, a igualdade no plano jurídico é dialeticamente determinada pela desigualdade no plano social e a liberdade individual, pelo vínculo implacável das relações criadas pelo capital.

De acordo com Marx, é notável como essas mistificações parecem naturais, algo que sempre foi e sempre será, para o que não há alternativa. No entanto, a naturalização de condições historicamente muito específicas não é mera aparência ilusória e, sim, uma das engrenagens que estrutura a sociedade capitalista. Trata-se do “fetichismo”: um dos conceitos centrais do pensamento de Marx para explicar de modo extremamente fértil os processos de inversão desencadeados pelo capital, desde suas formas mais elementares de mercadoria e de dinheiro.

A formulação do conceito de fetichismo e de todo o aparato conceitual mobilizado por Marx no diagnóstico crítico do capitalismo originou-se do rigoroso estudo da economia política. Desde a juventude, Marx dedicou-se à análise rigorosa e extensiva das obras maiores e menores dessa disciplina, que surgiu com as revoluções burguesas na Inglaterra do século XVII e, posteriormente, com a Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX. O estudo extensivo da economia política lhe permitiu elaborar uma crítica tanto do sistema capitalista real quanto dos autores que o estudavam. Contando com o auxílio de Friedrich Engels (1820-1895), amigo e colaborador de quase toda a vida, Marx desenvolveu gradativamente o projeto de explorar com paciência e aplicação as lacunas nas obras dos economistas clássicos, reconstituir seus debates e evidenciar a forma como, nelas, as contradições fundantes do capitalismo são encobertas e justificadas. Segundo sua crítica, a própria

MARX

UMA
INTRODUÇÃO

ocupa apenas de assegurar à pessoa a liberdade de usar a coisa, independentemente do modo como será usada.

Portanto, Marx concluiu que uma análise apenas jurídica não leva em conta a diferença básica que caracteriza a vida material, a saber, a diferença entre meio de consumo e meio de produção. No sistema capitalista, conforme o direito de propriedade, todas as pessoas são proprietárias de algo, mesmo que sejam proprietárias apenas de si mesmas e das coisas que adquirem para poder continuar vivendo. No entanto, conforme o uso econômico da propriedade, há uma diferença imensa entre ser proprietário de um objeto de consumo e ser proprietário de um meio de produção que lhe garanta a existência por um longo tempo. Embora todos possam ser proprietários de objetos de consumo, nem todos o são de meios de trabalho.

À idealização jurídico-política, Marx contrapôs a história da propriedade privada, mostrando que a propriedade não é um direito eterno da pessoa e não existiu desde sempre. Ao contrário, a forma privada da propriedade desenvolve-se a partir de uma época precisa da história europeia, entre os séculos XV e XVII, estimulada por uma distribuição dos meios de produção que os concentrava em poucas mãos. Desse modo, a maioria despossuída viu-se obrigada a vender a única coisa que lhe restava: sua força de trabalho transformada em mercadoria. A partir da distribuição capitalista dos meios de produção desenvolveu-se a distribuição capitalista dos meios de consumo, isto é, o mercado, no qual os trabalhadores gastam o salário recebido pela venda de sua força de trabalho em outro mercado, o mercado de trabalho. Como são agentes em ambos os mercados, empregados e empregadores parecem igualar-se qualitativamente como proprietários, distinguindo-se apenas quantitativamente por seu poder aquisitivo.

Assim, propriedade privada significa apropriação excludente dos meios de produção. Só faz sentido promover a concentração da propriedade, de um lado, porque há, do outro, mão de obra disponível para trabalhar na propriedade de poucos. De uma perspectiva histórica, quanto mais intensa é a concentração de propriedade, maior é o número

aquilo que, muitas vezes, ele mesmo produziu para seu empregador. A apropriação só acontece por meio da mediação do mercado, que aparece como a instância central da economia, tal como pensa a maioria dos economistas ainda hoje. O produtor não se reconhece no produto, não se reconhece como produtor, e afirma-se socialmente como comprador e consumidor. Assim como o devoto descrito por Feuerbach se esqueceu de que foi a imaginação humana que criou Deus, o trabalhador não tem consciência de que o produto existe graças às suas mãos.

Marx, então, pôde dizer que “a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado”^[7]. Nessa conhecida definição, a alienação consiste na “estranheza” do mundo dominado por um poder social sobre o qual os indivíduos perderam qualquer controle, depois de o terem criado, em um evidente movimento de autonomização e inversão. As condições de trabalho e de distribuição dos frutos do trabalho tornam-se independentes dos agentes econômicos e, em seguida, aparecem como “um poder que subjuga” seus criadores, “em vez de ser dominado” por eles. Em uma inversão surpreendente, o produto aparece como o produtor e o produtor, como o produto.

Dessa inversão resulta uma espécie de mal-estar generalizado, próprio do mundo capitalista. O indivíduo burguês orgulha-se de ter alcançado a liberdade e a autonomia, mesmo que essa individuação resulte apenas na perda de diferenças qualitativas: a produção e o mercado conseguem incorporar somente o indivíduo médio, comum, originário de um processo de normalização, de “abstração”, nas palavras de Marx. Esse tipo de igualdade reflete-se no preceito jurídico de que “a lei não faz diferenças nem reconhece privilégios”, é “isenta”, “neutra”, “justa”. Na verdade, trata-se de uma igualdade e de uma liberdade instituídas pelo poder estranho, fetichista, que o conjunto da sociedade gerou e que faz todos sentirem, pelo menos em algum momento, quando é possível refletir, que algo da vida lhes escapa.

de valor de uso. Isso porque a utilidade das mercadorias é tão variável que não pode fornecer base para uma comparação geral, isto é, uma comparação de todas as mercadorias possíveis e de todas as necessidades e desejos das pessoas que participam dos processos de troca. Na prática, a troca ocorre porque as diversas qualidades são postas de lado em favor de uma única qualidade, presente em qualquer mercadoria, e que varia, portanto, apenas em quantidade: ser produto do trabalho humano.

Marx enfatiza a importância dessa abstração para o ato de troca, pois ela permite que qualquer mercadoria possa ser avaliada em função da quantidade maior ou menor da única qualidade que compartilha com as demais e, assim, possa ser trocada por outra mercadoria em uma proporção determinada. Se fossem tomadas duas qualidades distintas, como as de dois valores de uso, não seria possível avaliar apenas a diferença quantitativa. Marx conclui que, como a única qualidade comum a todas as mercadorias é a de ser produto de trabalho humano, *é o trabalho que cria o valor*. Contudo, o trabalho não cria valor como simples qualidade física, simples dispêndio de energia física e mental. Esse dispêndio é decisivo, mas apenas como uma referência tangível para um conjunto historicamente específico de relações sociais. Embora o gasto de energia no trabalho possa ser medido em qualquer tipo de sociedade, ele só tem significado em uma sociedade na qual ocorrem trocas e que, por isso, necessita de um substrato palpável para estabelecê-las. Antes de tudo, o valor tem uma realidade social e determinada.

Esse é o sentido da distinção de Marx entre a dimensão *concreta* do trabalho, baseada na particularidade de seus materiais e operações, e a dimensão que ele chama de *abstrata*, baseada na força física e mental despendida em graus distintos por qualquer trabalhador. Na primeira dimensão, o trabalho é concreto ou útil porque produz valores de uso, isto é, qualidades que conferem ao produto uma utilidade específica. Na segunda dimensão, o trabalho é abstrato porque resulta da abstração de qualquer particularidade conferida pelos instrumentos que emprega, pela finalidade ou pelo material utilizado; consiste na pura energia gasta pelo trabalhador em uma unidade de tempo, por exemplo, uma hora, um dia

assalariado, e comprada por um tipo singular de comprador, o patrão. Com o salário obtido pela venda de sua força de trabalho, o empregado pode comprar as mercadorias de que precisa para sobreviver e continuar trabalhando. A forma simples da sociabilidade descrita antes por Marx aparentemente se mantém.

De fato, a relação entre os capitalistas e os trabalhadores apresenta-se, antes de tudo, na esfera da compra e venda de mercadorias. Nessa esfera, o dinheiro do salário corresponde ao valor da força de trabalho, como ocorre com qualquer outra mercadoria. Ainda reina a equivalência das trocas, a igualdade entre capitalistas e trabalhadores, a isonomia jurídica entre as partes que celebram um contrato. No entanto, na realização desse contrato, isto é, quando o trabalhador começa a trabalhar para o capitalista, aparece a desigualdade que existe entre eles no plano social. O assalariado trabalha utilizando matérias-primas e instrumentos que pertencem ao capitalista. Por isso, não é a ele, mas ao capitalista que pertencerá o produto e o dinheiro de sua comercialização. Ao assalariado caberá apenas o salário. É nessa desigualdade que Marx detecta o surgimento do excedente de valor que explica a lógica do capitalismo.

O valor correspondente às mercadorias que a força de trabalho deve consumir para repor seu dispêndio de energia físico-mental e, assim, continuar trabalhando e gerando filhos que trabalharão no futuro – esse valor, que se expressa no salário, é totalmente distinto do valor das mercadorias que o trabalhador produz para o capitalista vender. A força de trabalho e seu produto são duas coisas diferentes e, assim, seu valor também é diferente. Se o valor do produto for maior que o da força de trabalho, por exemplo, a diferença entre eles representa um ganho para o capitalista, chamada por Marx de “mais-valor”; se for menor, o capitalista tem prejuízo, não contratará mão de obra e não produzirá.

Na prática da produção capitalista, o cálculo dessa diferença entre os dois valores ocorre em uma unidade de tempo, por exemplo, uma jornada de trabalho. É fácil verificar que, depois de algumas horas, os trabalhadores produzem uma quantidade de mercadorias cujo valor, se elas já fossem vendidas pelo capitalista, cobriria o pagamento dos

Janeiro, Eduerj/ Contraponto, 2001).

[5] Karl Marx, *O capital*, Livro I (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2011), p. 148.

[6] *Ibidem*, p. 270.

[7] *Ibidem*, p. 228.

produtor de mercadorias. E arremata: seu “poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso”^[3].

Pelo simples fato de possuir dinheiro, um indivíduo pode comprar o que outros produziram ou pode contratar alguém para trabalhar em seu lugar. Nesse caso, o fetiche consiste na transposição das relações de trabalho e de troca na matéria do dinheiro, transposição que se realiza como manifestação do poder social de comandar trabalho alheio. A matéria de que é feita a mercadoria usada como dinheiro parece conferir poder a ele, quando, na verdade, esse poder decorre de sua função de equivalente geral. O poder fetichista do dinheiro vem de uma relação social que encontra nele a forma adequada para se realizar. É importante recompor corretamente essa formulação do fetichismo do dinheiro por Marx para entender o processo histórico pelo qual o dinheiro abandonou a forma identificada com metais preciosos, como o ouro, a prata e o cobre, e adotou a forma do papel-moeda. Depois do papel-moeda, o dinheiro ainda pôde evoluir para a forma de cartões magnéticos de débito e crédito, e outras mais, livrando-se do lastro em ouro e adquirindo, com isso, até mais poder social do que antes, em razão da universalização de seu caráter de equivalente.

A partir dessa concepção do dinheiro como forma que se autonomiza das relações sociais de produção que a originaram e que passa a comandá-las, Marx desenvolve a sequência cada vez mais complexa de suas funções. De simples medida de valor, o dinheiro passa a meio para efetuar diretamente a transação de mercadorias e, depois, a meio de pagamento, forma na qual precisa se apresentar apenas virtualmente, como uma promessa de futuro reembolso do valor da mercadoria comprada. Como meio de pagamento, é possível realizar uma grande cadeia de transações repassando a mesma promessa de reembolso de mão em mão, de modo a ampliar grandemente o poder aquisitivo do dinheiro e a aparência fetichista de que é ele o responsável pela circulação de uma enorme massa de mercadorias.

Por fim, quando o dinheiro é usado para pagar o salário de trabalhadores, de quem é extraído o mais-valor, ele se converte em forma

meios de produção seria idêntico à atividade presente realizada pelo trabalhador. Contudo, mais do que isso, Marx propõe que essa diferença se apresenta como uma oposição derivada diretamente da oposição entre capital e trabalho. Não se trata de uma simples diferença, na qual ambos os termos são externos e indiferentes um ao outro, e sim do resultado de uma negação recíproca e da subordinação de um dos termos (o trabalho) ao outro (o capital). Marx formula a oposição em uma conhecida metáfora: “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga”^[7]. Encarnado nos meios de produção, o capital opõe-se ao trabalho, mas volta à vida pela energia do trabalho vivo, que transfere seu valor para o produto. Essa ressurreição coloca o morto na dependência total do vivo: como um vampiro, ele revive apenas enquanto consegue sugar sangue vivo.

Desse modo, a oposição entre capital e trabalho revela-se contraditória. Por um lado, a subordinação do trabalho permite ao capital autonomizar-se a ponto de pretender que os agentes dessa subordinação, os meios de produção, funcionem como autômatos que dispensam o emprego de mão de obra. Por outro, somente o trabalho cria o valor e o mais-valor de que é composto o próprio capital. Ao excluir do processo de produção o trabalho do qual depende para existir, o capital exclui-se de si mesmo, ameaça aniquilar-se. Quanto mais aperfeiçoa máquinas e instrumentos com os quais substitui a força de trabalho, mais o capital diminui a base sobre a qual repousa o processo de valorização que o constitui. Quanto mais nega necessitar de trabalho vivo, mais o trabalho morto nega sua capacidade de continuar existindo, nega a si mesmo, contradiz-se.

Ao alcançar esse ponto da análise do capitalismo, Marx expõe o caráter claramente dialético desse sistema social, presidido por uma relação social contraditória. Não se trata mais apenas da oposição de um termo ao outro, como valor e valor de uso, dinheiro e mercadoria, capital e trabalho. Trata-se de uma oposição do capital a si próprio, de uma autonegação que aponta, no limite, para seu fim. A passagem da

Por sua vez, a atividade da produção capitalista reveste-se de uma banalidade ainda maior. Na produção em escala industrial, o trabalhador cada vez mais se limita ao movimento reiterado imposto pela máquina, que rebaixa sua consciência ao nível da mera atenção. Em contrapartida, a ciência patrocinada pelo capital passa a ter o aspecto de um saber “puro”, pois sua técnica não é a do artesão, e sim a de um cientista legitimado por uma teoria formulada em laboratório. A tarefa do trabalhador e a do engenheiro distinguem-se como a das duas classes sociais descritas nos referidos manuscritos de Marx e Engels.

Contudo, há um fenômeno mais complexo em jogo. No esvaziamento capitalista da consciência ligada à produção da vida, operam mecanismos que podem ser chamados de representação prática e que vão desde o simples uso do dinheiro nas trocas até as figuras complexas do capital financeiro e da renda monetária sobre a propriedade privada. É importante desenvolver um pouco mais esse ponto.

Em diversos momentos da crítica da economia política, elaborada a partir de 1858, Marx descreve a capacidade de certas formas sociais em representar o movimento das formas mais simples. Começando pela troca direta de duas mercadorias, a mercadoria que atua como equivalente “representa”, no vocabulário de Marx, o valor da mercadoria por ela trocada. Por isso, o equivalente geral, o dinheiro, assume a função de “representante” do valor de todas as mercadorias e cria uma percepção distorcida nos indivíduos que participam da troca: o dinheiro parece ser o responsável por atribuir valor aos valores de uso produzidos por esses indivíduos. Parece que o dinheiro é o verdadeiro agente das trocas e não o simples portador de uma determinação já presente em qualquer mercadoria, a saber, a de possuir valor. A representação desse valor converte o dinheiro de mero intermediário em propulsor da troca, de mero portador de uma função a ele delegada em fonte do poder de relacionar coisas e pessoas. Trata-se de uma representação prática, porque enraizada na ação dos indivíduos, que se imprime na consciência deles como representação mental.

de vários matizes constitui uma etapa posterior. Aqui se abrem múltiplas possibilidades, múltiplas teorias econômicas, todas baseadas na inversão original operada pela própria realidade capitalista; todas, portanto, ideológicas. Sua diferença pode ser atribuída ao desdobramento da oposição fundamental entre capitalistas e assalariados em outras classes e frações de classe, conforme são divididos os meios de produção e os meios de consumo.

Nesse sentido, a ideologia não é apenas um produto social, e sim um elemento decisivo na luta de classes: sua criação e difusão pelos “ideólogos ativos” da classe ou da fração de classe dominante visa justificar sua dominação e impô-la também como representação mental às classes dominadas. Mais uma vez, nos manuscritos redigidos entre 1845 e 1847, Marx e Engels esclarecem o modo como isso ocorre:

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual [...]. Os indivíduos que compõem a classe dominante [...] regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo.^[6]

Não só objetos tangíveis, também ideias são produzidas e distribuídas por “meios de produção espiritual”, como jornais, livros, escolas, meios de comunicação e redes sociais. O trecho citado generaliza essa situação para qualquer sociedade dividida em classes, mas é ainda mais adequado ao mundo presidido pelo capital, devido ao gigantesco desenvolvimento técnico destinado a aumentar a produtividade do trabalho. Nesse mundo, as ideias são criadas e difundidas em escala industrial pelos aparelhos e métodos da ciência patrocinada pelo capital. Produzir ideias e significados do mesmo modo como se fabricam coisas é algo típico da sociedade articulada pelo fetichismo. Notícias de jornal, descobertas científicas, obras de arte ou artigos de fé revestem-se da forma de mercadoria e, além de proporcionar lucro para seus proprietários, desempenham um papel específico na manutenção ideológica do sistema e do domínio da classe social que dele se beneficia.